

**Universidades Lusíada**

Carvalho, José Eduardo dos Santos Soares, 1939-

**Nota de abertura**

<http://hdl.handle.net/11067/5376>

**Metadados**

<b>Data de Publicação</b>	2013
<b>Palavras Chave</b>	Desenvolvimento económico
<b>Tipo</b>	article
<b>Revisão de Pares</b>	Não
<b>Coleções</b>	[ULL-FCEE] LEE, n. 17 (2013)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-09-21T12:17:06Z com  
informação proveniente do Repositório

## NOTA DE ABERTURA

A teoria do desenvolvimento económico tem destacado a importância dos factores de produção tradicionais – capital físico, financeiro, humano – para a geração de riqueza. O papel das instituições nacionais e locais – políticas, legais e sociais – foi largamente negligenciado para a compreensão do crescimento e do desenvolvimento económico, mesmo reconhecendo que os países possuem condições económicas diferenciadas, estando estas vinculadas à disponibilidade dos factores tradicionais.

Transcorrido mais de meio século de estudos académicos, a teoria do desenvolvimento económico foi incorporando factores e variáveis que estavam originalmente fora do modelo tradicional. Isto porque somente explicações puramente económicas falharam em explicar questões de desenvolvimento. As interacções sociais e o desempenho da actividade económica ocorrem em ambiente de racionalidade limitada e sujeita ao comportamento oportunista, diante da impossibilidade em compreender, conhecer ou antever o comportamento dos demais agentes para o desenvolvimento da economia.

Contemporaneamente são investigadas as contribuições das condições sociais, culturais e institucionais, a partir de estudos sobre o papel da sociologia económica, da economia social e do capital social. Na leitura contemporânea, o conceito de sociologia económica respeita as formas de articulação de interesse no ambiente influenciado pelas convenções do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade social das organizações. Por seu lado, o conceito economia social que, em diversos países, pode assumir múltiplas designações, como “terceiro sector”, “sector não lucrativo”, “economia social e solidária”, “economia alternativa” e tantas outras expressões, corresponde à dinâmica gerada por um conjunto de organizações cuja actividade e sentido de existência reside, sobretudo, nas pessoas e na utilidade social. Os últimos resultados inscritos na *Conta Satélite da Economia Social* (CSES), apontava, em termos de dimensão relativa do sector em Portugal, aproximadamente, três por cento do VAB nacional e mais de cinco por cento do emprego. Entre as mais de 55 mil unidades consideradas no âmbito da economia social, o grupo mais representativo correspondia às Associações. As Cooperativas constituíam o segundo grupo de entidades da economia social com maior peso relativo, seguido das cinco mil Instituições Particulares de

Solidariedade Social (IPSS).

O termo “capital social” foi incorporado à literatura a partir de estudos de não economistas. Após a concepção inicial no campo da Sociologia - por Pierre Bourdieu e James Coleman - o assunto foi tratado pelo politólogo Robert Putnam, professor na Universidade Harvard. Estes autores lançaram as bases teóricas para a incorporação do capital social enquanto factor de produção relevante e com efeitos e impactos na actividade económica. Ainda que as definições sejam várias, entende-se o capital social como as características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as acções coordenadas.

A confiança e a reciprocidade advêm ou das relações interpessoais - do capital social, portanto - ou do ambiente institucional. Quanto mais confiança existe, mais associativa a sociedade, mais politicamente envolvido o cidadão e mais estável a democracia. As variáveis associadas à instabilidade económica estão estatisticamente relacionadas com a confiança e afectam a confiança interpessoal, tal como esperado. Quando as pessoas ficam menos satisfeitas com suas realizações económicas pessoais, isso produz uma diminuição da confiança.

A ideia de capital social oferece *insights* valiosos sobre o papel da confiança interpessoal. A educação, por exemplo, varia positivamente com a confiança interpessoal. À medida que os cidadãos adquirem níveis mais altos de escolaridade formal, mais tendem a confiar nos outros cidadãos. De igual modo, as formas de conjugalidade, em parte, constituídas por conjuntos de recursos dos actores - capital económico, capital escolar, capital social - são disponibilizados nas relações conjugais e familiares em modalidades específicas. O volume desses recursos, a sua estrutura específica - o facto de se tratar de capital escolar ou financeiro, por exemplo - e a forma como cada um dos membros do casal se posiciona perante eles - estar ou não inserido no mundo do trabalho profissional, por exemplo - condiciona a forma de viver a conjugalidade e as práticas, as representações e os valores a ela associada.

Há “tempos” diferentes na conjugalidade por corresponderem a distintas situações objectivas. O número e a idade dos filhos, a duração da relação conjugal, a forma como se está inserido na actividade profissional, são exemplos de factores que contribuem para criar realidades objectivas diferentes, que geram e impõem, por sua vez, formas de agir, escolhas, decisões. No decurso da mesma história conjugal e no espaço de 25 anos, mudaram significativamente as definições valorativas do que é considerado comportamento adequado, perante o casamento ou no feminino e no masculino. Parece assim indiscutível a necessidade de situar a conjugalidade nas coordenadas espaço/tempo para avaliar, nomeadamente, de que forma as transformações de valores interpelam os actores sociais e que efeitos têm nas suas práticas e representações.

O que precede dá o mote ao dossier para esta edição de “*Lusíada - Economia & Empresa*”, com duas contribuições meritórias sobre as dinâmicas sociais na

economia. A primeira identifica as relações entre a economia social, no contexto do Estado Providência, com a sociologia económica, na versão moderna da Nova Sociologia Económica. A segunda aborda os condicionalismos à mobilidade social, a partir de um estudo com incidência na endogamia do casamento, tendente a sintonizar as diferenças de estatuto socio-económico e instrução académica na conjugalidade.

No capítulo das dissertações e teses, a revista inclui três perspectivas de aplicação do marketing. O primeiro propõe um novo arquétipo de marketing para a era da informação, denominado “marketing múltiplo”, explorando a participação das redes sociais na Internet. O segundo pretende mostrar a relevância do marketing no sector da saúde, analisando-a na perspectiva da instituição e dos utentes. O terceiro artigo focado no marketing cultural, percepçiona o posicionamento desejado de museus portugueses, relativamente ao posicionamento perceptível do público.

O primeiro artigo, na secção “vários”, procura explicar as diferentes tipologias da internacionalização aplicadas à Economia Portuguesa, e o contributo, neste quadro, do papel da SOFID (Sociedade para o Financiamento do desenvolvimento). O segundo texto relaciona a evolução dos Fundos Gerais Municipais com indicadores de desenvolvimento sustentável, testando a sua correlação com o desenvolvimento económico dos municípios. O terceiro artigo versa sobre o conceito e a interpretação da ideologia constitucionalmente adoptada existente nas Constituições Económicas.

Completam esta edição duas resenhas. A primeira faz a apreciação crítica da obra de Philippe Corcuff, intitulada “Marx XXI Siècle Textes commentés”. A segunda descreve o “Memorial da Epopeia dos Descobrimentos”, aquando da descoberta do Brasil, com reprodução à escala original da nau-capitânia de Pedro Álvares Cabral.

Boa leitura!

O DIRECTOR  
*José Eduardo Carvalho*